

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 190.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 28 de Novembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Leopoldo Jacomel e Xenofonte Villanueva. (40) achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Arthur de Souza — Emilio Carazzai, Nivaldo Krüger, Paulo Poli e Pinto Dias (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 40 Srs. Deputados:

Em discussão a seguinte Proposição:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 65-71, de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no mesmo Município. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 131-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 191.ª Sessão Ordinária
Realizada em 28 de Novembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quilse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Leopoldo Jacomel e Xenofonte Villanueva (40), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Emilio Carazzai — Nivaldo Krüger — Paulo Poli e Pinto Dias (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 30-72 — 31-72 — 32-72 — 33-72 e 34-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 144-71, 156-71 e 140-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, do Senhor Vereador Francisco Souza, do vizinho Município de Piraquara.

Da decisão Plenária dê-se ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Piraquara.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1972.

(a) Antonio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, requer, regimentalmente ouvido o Plenário — o envio de expediente ao Diretor do DETRAN, solicitando que S. Exa. se digne adotar medidas para intensificar o policiamento do órgão na Avenida Sete de Setembro, notadamente no cruzamento com a rua Carneiro Lobo.

Naquele trecho, quase que diariamente ocorrem acidentes de trânsito, face à inexistência de equipamento de sinalização, bem como a ausência quase total de policiamento.

Outrossim, o requerente sugere, também, que o DETRAN realize estudos no sentido de encontrar uma solução para desviar o trânsito de veículos pesados pela Avenida Sete de Setembro, fator principal do elevado número de ocorrências de acidentes.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1972.

(a) Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Nossa Capital tem assistido ultimamente, e com intensa frequência, bárbaros homicídios cometidos contra aqueles profissionais do volante que, a fim de enfrentar as dificuldades de manutenção de suas famílias, são obrigados a trabalhar no período noturno.

Essa situação não pode continuar sem que as autoridades constituídas tomem energias providências, sob pena de omissão no cumprimento de seu dever, pois os motoristas profissionais não têm meios de evitar ou prevenir esses lamentáveis acontecimentos.

Assim, inspirando-nos no que ocorre com os transportes aéreos, em que os passageiros, antes do embarque são identificados e passam por uma revista pessoal, vimos com o presente requerer à Mesa seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a S. Excia. que adote as medidas necessárias no sentido de que sejam destacados policiais para, nos pontos de taxi, procederem à identificação e revista dos passageiros que ali embarcarem.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1972.

(a) Leopoldo Jacomel

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A TELEPAR já foi um orgulho em matéria de atendimento para o Estado do Paraná. Entretanto, de algum tempo para cá viemos encontrando um atendimento que deixa muito a desejar naquela região do Estado. Já há tempos pensávamos vir a esta Tribuna tratar do assunto, mas julgávamos que um mau atendimento se devia a fatos transitórios e que logo a TELEPAR voltaria àquele estado antigo de um órgão que cumpriu com o seu dever, atendendo à altura aos assinantes do Paraná.

É impressionante a demora que alguém que pretenda uma ligação interurbana para o sudoeste do Paraná, por exemplo, tem que suportar. A ligação interurbana para Pato Branco e Francisco Beltrão através do telefone 107 é algo enervante. Qualquer um que tenha que se comunicar com aquela região do Estado se sujeita a ficar aguardando após a chamada de 107, uma demora imensa para que a telefonista atenda ao pedido de ligação.

Procuramos nos informar junto à TELEPAR a cerca de seu quadro de pessoal, se tal demora se devia à carência de elementos no trabalho da empresa. Entretanto, nos foi dito por mais uma vez que não existe carência de pessoal na TELEPAR.

Ora, então não conseguimos entender a razão desta demora, e ao mesmo tempo, repetidas vezes, encontramos defeitos, nas ligações para o sudoeste do Paraná, terminais telefônicos que ligam a Francisco Beltrão, vivem constantemente com defeito e dificilmente hoje, se consegue uma ligação interurbana para Francisco Beltrão. Porque quase todas as noites e durante longos períodos do dia, a TELEPAR informa que a linha de Francisco Beltrão se encontra com defeito. Nós, que temos necessidade de nos comunicar com aquela região do Estado sentimos de perto o problema, podemos avaliar a deficiência da TELEPAR no atendimento ao setor do sudoeste paranaense.

Além disso, observamos diariamente nesta Capital, a deficiência em se obter uma linha para as ligações dentro da Capital para as ligações urbanas. Parece que a TELEPAR está dando atendimento muito parecido com aquele que é dado em outras capitais deste País que inclusive deixa muito a desejar.

Por esta razão, nós que tínhamos na TELEPAR um órgão do qual nos orgulhávamos aqui no Paraná, somos forçados a trazer a público ao povo do Paraná, estas críticas sobretudo agora quando vemos que a TELEPAR ensaia um aumento de aparelhos telefônicos em nosso Estado, se o atendimento já está tão deficiente com o número de aparelhos existentes, nem queremos imaginar qual será o seu atendimento quando este número for ampliado.

Registramos aqui, nossa péssima impressão sobre o atendimento que atualmente a TELEPAR vem dando não só à capital curitibana mas também ao interior do Paraná. Não poderíamos deixar que se esvasse este ano legislativo sem que trouxéssemos à Tribuna desta Casa este assunto.

Porque diariamente, nós ouvimos na rua, e sentimos nós próprios, com a nossa própria experiência, o mau atendimento que a TELEPAR vem dando aos assinantes paranaenses.

Cabe a nós trazer o problema, ressaltar o problema e fazer estas críticas, cabendo à TELEPAR explicar se o mau atendimento é devido a qualquer fato transitório, que será sanado. A TELEPAR deve participar ao povo, porque o atendimento deixa a desejar.

Certa ocasião tive oportunidade de me dirigir ao setor da Telepar, encarregado de corrigir os aparelhos com defeitos e perguntava à telefonista o nome do chefe do setor e ela disse que não podia fornecer-lo. É preciso que a Telepar seja chamada à responsabilidade; porque quando um organismo do Estado tem deficiências, deve dar satisfação ao povo, porque não está atendendo bem. Porque temos o direito de comparar a Telepar de hoje, com a de outros tempos. E nesta comparação, vemos que a Telepar de hoje deixa muito a desejar, em comparação com a Companhia do passado.

Assim, deixamos a nossa péssima impressão como cidadãos paranaenses, pelo atendimento e esperamos que o órgão venha a dar esclarecimentos sobre as razões do serviço estar sendo tão mal executado e o paranaense tão mal atendido.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho recebido constantemente apelos com referência às Companhias de Seguro. Temos notado já em várias partes do nosso Estado, o descuido e a falta de atendimento por estas Companhias de Seguros; quando uma pessoa vai emplacar o seu carro é obrigatório aquele seguro. Muitos pagam às vezes com dificuldade e na hora em que procuram a assistência a que têm direito por Lei, a Companhia fechou, mudou o escritório e esses coitados não recebem qualquer atendimento.

Muitas vezes, um trabalhador do interior que não sabe nem como encaminhar um processo, entra com recurso, constitui advogado e passa às vezes um ano, dois e muitas vezes nem recebe aquilo a que tem direito. É o motivo porque encaminho à Mesa, neste instante, um Requerimento vadoado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, veementemente apelo no sentido de que, através da Superintendência de Seguros Privados SUSEP, sejam tomadas providências visando que as companhias seguradoras, liquidem com maior presteza e lisura os sinistros verificados, no que diz respeito ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Veículos Automotores.

O apelo proposto fundamenta-se no fato de que muitas Companhias vêm se valendo de toda a sorte de subterfúgios para protelar o pagamento das indenizações devidas, obrigando muitos segurados a intentarem medidas judiciais para receberem o que lhe pertence por direito.

O fato pode ser exemplificado com a Companhia Ilhéus de Seguros, com sede na Bahia, que possuindo inúmeros segurados em nosso Estado, com várias liquidações de sinistros pendentes, daqui retirou sua agência, o que torna difícil qualquer entendimento entre segurado e seguradora.

Tem-se visto, Senhor Presidente, através dos esforços expendidos pelo Ministério da Indústria e do Comércio, através de seu órgão competente, a SUSEP, uma real preocupação no sentido de que a estrutura seguradora caminhe para um desempenho que diga de perto às suas reais finalidades, o que se pode notar pelas recentes notícias sobre fusões e incorporações de muitas companhias, encorajadas por aquela autarquia.

Os abusos apontados não mais se justificam no contexto atual e, por este mesmo motivo, julgamos justo e oportuno o apelo que ora endereçamos e para o qual contamos com o indispensável apoio de nossos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1972.

a) Gilberto Carvalho"

Sr. Presidente, valendo-me desta oportunidade em que ocupo a Tribuna nesta tarde e nem sabendo a quem me dirigir, quero fazer um apelo neste momento à nossa Bancada com referência àquele documento assinado pela maioria dos Srs. Deputados da Bancada da ARENA, no sentido de que possamos chegar a um termo final para que não haja mais descontentamento e para que possa haver a união de nossa Bancada.

Estou de pleno acordo com o apelo, formulado por S. Exa. o Governador do Estado, dizendo da inoportunidade de escolha de um novo Líder de nossa Bancada, mas também julgo necessário um entendimento. Por isso queria fazer um apelo aos Srs. Deputados para que estudassem a possibilidade de amanhã, logo após a Sessão Plenária, fazermos uma reunião de todos os signatários do documento e demais Deputados que quiserem participar da reunião para tomarmos uma decisão com referência à época em que será escolhido o novo Líder e que fossem designados dois ou três coordenadores de nossa Bancada até a escolha do novo Líder, visto que nosso eminente Líder do Governo e que até agora exerceu a liderança de nossa Bancada, Deputado João Mansur, tão logo tomou conhecimento daquele documento aqui neste Plenário, colocou o seu cargo à disposição.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 164-71, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do Município de Mamboré. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 209-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga os Municípios de Santa Isabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.I.C. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 101-72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, institui o Símbolo Paranaense de qualidade Turística e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 145-72, de autoria do Dep. Paulo Camargo, dispõe sobre os proventos de aposentadoria do Funcionário Civil ou Militar Estadual, quando submetido ao regime de trabalho de tempo integral pelo período de um ano e dá outras providências — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM SUBSTITUTIVO GERAL e EMENDA DE PLENÁRIO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, pelo Substitutivo. Aprovada a Emenda.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 192-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 49-72, encaminhando Proposta Orçamentária que estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 1973. — Com parecer da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 199-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, denomina "Ernesto Milani", a Unidade Escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 4-72, de autoria do Dep. Paulo Poli, fica criado no Município de Marechal Cândido Rondon, o Distrito Judiciário de Entre Rios, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — Rejeitado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 31-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Iraí, naquela comuna. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 154-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 157-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 174-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá, os bens que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 203-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, acresce de mais quatro (4) passando de dezessete (17) para vinte e um (21), o número de Vereadores junto à Câmara Municipal de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 34-72, de autoria da Comissão Executiva, eleva para dois salários mínimos regionais a Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13.º da Resolução n. 2-64 de 20-2-64. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 276-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres Contrários da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 276-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

a) Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, tem curso girasial como extensão do ginásio Estadual localizado na Sede do Município. O que se pretende com este Projeto é a criação de um ginásio independente do ginásio da Sede, porque já existem condições para tanto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 276-71

PARECER

De autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, pretende o Projeto autorizar a criação de um Ginásio no Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

O Projeto não resiste à vedação dos arts. 35 e 47, da Constituição do Estado, visto como até a mera autorização está incluída na competência exclusiva do Governador.

Por isto, opino contrariamente ao Projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Ovidio Franzoni — Luiz R. Soares — Cândido M. de Oliveira — Santos Lima e Emílio Carazzai

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 276-71

1) — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Astorga.

2) — No que se refere ao aspecto financeiro, que compete a esta Comissão apreciar, nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação. E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhard — João Fadel

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 276-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

1) — Preterde o nobre autor, com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Zélia, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2) — Se é política dos Governos Federal e Estadual a ampliação tanto

quanto possível da rede de ensino de todos os graus, nada mais justo que o referido Distrito seja dotado do ginásio proposto, o qual irá atender uma população em idade escolar expressiva.

3) — Dadas as considerações expostas, somos pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em... de junho de 1972.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Gabriel Manoel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 277-71, de autoria do Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Içara, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. — Parecer Contrário da C.C.J. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 277-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um ginásio Estadual no Distrito de Içara, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

a) Quiêlse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Içara, Município de Astorga, tem curso ginásial como extensão do ginásio estadual localizado na sede do Município. O que se pretende com este Projeto é a criação de ginásio independente do ginásio da sede, porque já existem condições para tanto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARERECER AO PROJETO DE LEI N. 277-71

De autoria do Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, o Projeto de Lei em exame visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Içara, Município de Astorga para funcionar a partir do próximo ano letivo.

A iniciativa das leis que aumentem a despesa pública, é privativa do Chefe do Poder Executivo, razão pela qual nosso parecer é Contrário ao plano de Lei, por inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Santos Lima — Emílio Carazzai

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 77-72, de autoria do Deputado Fabiano B. Cortes, que autoriza o Poder Executivo através do D.E.R., firmar convênio com o Município de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município à BR-376 — Rodovia do Café. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 77-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através do Departamento de Estradas de Rodagem, a firmar convênio com o Município de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares da via que liga a sede do Município à BR-376 — Rodovia do Café —, numa extensão de 350 metros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972

a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Grande número de ônibus e caminhões que necessitam de tal atendimento, dado a precariedade do acesso.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 77-72

AUTOR: Deputado Fabiano Braga Côrtes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do D.E.R. a firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento da estrada que liga a sede do município à BR-376.

PARERECER

O projeto em tela, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa autorizar o D.E.R. a firmar convênio com o Município de Cambira para asfaltamento da estrada que liga a sede do Município a Rodovia do Café, numa extensão de apenas 350 metros.

O citado projeto está devidamente justificado na forma regimental e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional.

Outrossim, trata-se de lei meramente autorizatória e dependente dos recursos do Estado.

Quanto à sua oportunidade e nada a opor.

Em face das razões expendidas somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Erondy Silvério — Maurício

Fruet — Emílio Carazzai — Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 77-72

PARERECER

1) — O presente Projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo, através do D.E.R., a firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga o referido município à BR-376 — Rodovia do Café.

2) — Sobre este plano de lei já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — Quanto ao aspecto financeiro, que ora examinamos por esta Comissão, nada há que se opor, somos pois, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Antônio Lopes Júnior — Jorge Sato

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARERECER

1) — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo, através do D.E.R., a firmar convênio com o Município de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga o referido município à BR-376 — Rodovia do Café.

2) — Sobre a referida matéria já opinaram as douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, com pareceres favoráveis.

3) — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de setembro de 1972

aa) Borsari Netto — Presidente

Xenofonte Villanueva — Relator

Lázaro Dumont — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 53-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoneira, São Pedro do Florido e Fonte Bela, numa extensão de 53 quilômetros. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 53-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoneira, São Pedro do Florido e Fonte Bela, numa extensão de 53 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1972

a) Deputado Cândido M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada que pretendemos transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, é de grande importância na ligação viária do Sudoeste do Estado. Além de permitir a ligação entre dois importantes municípios, é o meio de acesso mais fácil daquela região para o Sul do País.

Assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 53-72

PARERECER

De iniciativa do Deputado Cândido Manoel de Oliveira, o Projeto de Lei em tela autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoneira, São Pedro do Florido e Fonte Bela, numa extensão de 53 quilômetros.

Trata-se de simples autorização Legislativa, não ferindo qualquer preceito Constitucional ou legal, nestas condições, nosso parecer é pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Igo Losso — Ovídio Franzoni — Cândido M. de Oliveira — Santos Lima e Emílio Carazzai

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 53/72

AUTOR: Deputado Cândido M. de Oliveira

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir, para fins de conservação e melhoria, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoneira, São Pedro Florido e Fonte Bela.

PARERECER

O presente Projeto de Lei, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, visa transferir, para fins de conservação e melhoria, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao Município de Ampere, passando pelas localidades de Valdoneira, São Pedro Florido e Fonte Bela.

Não havendo qualquer óbice de natureza financeira ou legal que se possa antepor, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) — Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Antônio Lopes Júnior

Jorge Sato

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 53/72

AUTOR: Deputado Cândido M. de Oliveira

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir, para fins de conservação e melhoria, ao D.E.R., estrada que liga os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Ampere.

PARERECER

1) O projeto em pauta recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2) A medida é oportuna. Todo o projeto que vise a melhoria de comunicações entre dois prestigiosos municípios de uma das mais progressistas regiões do Estado deve ser olhado com especial carinho.

3) Na forma do exposto, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972

aa) — Borsari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Xenofonte Villanueva

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 56/72, encaminhando anteprojeto de Lei dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253 de 3-12-71, para despesas com "Contribuições de Previdência Social". — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 56/72

Curitiba, 27 de outubro de 1972.

PROJETO DE LEI N.º 201/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura, ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253, de 3 de dezembro de 1971, de um crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com "Contribuições de Previdência Social", do Departamento Estadual do Serviço Público.

O crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, constitui-se uma medida altamente necessária ao Departamento Estadual do Serviço Público, eis que permitirá ao referido Departamento equacionar a problemática do seu pessoal no tocante a cobertura previdenciária. Como recurso para abertura do crédito especial em questão é previsto, conforme determina a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento do Estado.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253, de 3 de dezembro de 1971, para atender despesas com Contribuição de Previdência Social do Departamento Estadual do Serviço Público, de acordo com a seguinte especificação:

ÓRGÃO PRINCIPAL: GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

UNIDADE EXECUTORA: DEPARTAMENTO ESTADUAL DO SERVIÇO PÚBLICO

DOTAÇÃO: 72 — 0.5 — 40 — 04 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

2.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuição de Previdência Social Cr\$ 5.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar, na mesma Dotação e Unidade Executora, importância de igual valor do Elemento 3.1.4.0 — Encargos Diversos.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 201/72

PARECER

O Poder Executivo propõe, pela Mensagem n.º 56/72, a abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com "Contribuições de Previdência Social", do Departamento Estadual do Serviço Público.

Referido crédito será coberto pelo cancelamento de igual importância na mesma dotação, nos termos da legislação específica.

A medida legislativa visa permitir uma operação orçamentária de rotina, na administração pública. A iniciativa é pertinente e está amparada pelos permissivos constitucionais e legais.

O meu parecer é favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Muggiati Filho
Erondy Silvério
Santos Lima
Emílio Carrazzi
Jorge Sato

COMISSÃO DE FINANÇAS

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 56/72

PARECER

1) — O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 56/72, dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000,00 ao DESP., destinado ao atendimento de despesas com "Contribuições de Previdência Social".

2) — A Douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à proposição. No que tange ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos, também, pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1972.

2a) Antonio Belinati — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
Antonio L. Júnior
Jorge Sato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 59/72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, e altera a tabela integrante da Lei n.º 5.511 de 10-2-67, que dispõe sobre a taxa

de saúde. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 59/72

Curitiba, 1.º de novembro de 1972

PROJETO DE LEI N.º 202/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessárias aos serviços de Saúde Pública do Estado do Paraná. Visa, ainda, o anteprojeto ora encaminhado, alterar a tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Taxa de Saúde.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 975/72, de 23 de outubro de 1972, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, esclarece, com os necessários detalhes, a significação, oportunidade e o alto interesse da Administração na aprovação da medida legal ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o "Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário" — FUNRESAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessárias aos serviços de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Art. 2.º — O "FUNRESAN" será constituído por 80% (oitenta por cento) dos recursos advindos da receita proveniente da Taxa de Saúde instituída pela Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Integram ainda os recursos do "FUNRESAN":

a) — auxílios, subvenções ou dotações municipais, federais ou privados, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes firmados pela Secretaria de Saúde Pública;

b) — recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou através de decreto governamental, atribuídos ao FUNRESAN;

c) — receita proveniente da aplicação de multas por infração do "Código Sanitário";

d) — o resultado da alienação de material ou equipamento pertencente ao FUNRESAN, julgado inservível;

e) — quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3.º — Os recursos a que se refere o artigo 2.º, parágrafo único e alíneas, serão depositados no Banco do Estado do Paraná S/A., em conta especial sob a denominação de "Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário" — FUNRESAN, que será movimentada pelo Conselho Diretor do "FUNRESAN", de acordo com deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções.

Art. 4.º — O saldo positivo do FUNRESAN, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5.º — O FUNRESAN, será administrado por um Conselho Diretor composto do Secretário de Saúde Pública, como Presidente Nato, do Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias, Diretor do Departamento de Saúde, Diretor do Departamento Estadual da Criança, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Diretor do Departamento de Administração, Diretor da Escola de Saúde Pública, um representante da Secretaria da Fazenda e um representante da Secretaria do Governo.

Art. 6.º — O FUNRESAN é dotado de personalidade contábil, com escrituração geral independente de qualquer órgão da Secretaria de Saúde Pública.

Art. 7.º — O Conselho Diretor, além de suas atribuições normais, exercerá fiscalização nas aplicações que der aprovação, providenciando a responsabilização funcional pela má utilização e emprego desvirtuado dos bens adquiridos pelo FUNRESAN além da decorrente indenização, mediante descontos mensais em folhas de vencimentos, após apuração de responsabilidade através sindicância ou inquérito.

Art. 8.º — Da aplicação dos recursos do FUNRESAN serão prestadas contas ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do ano subsequente.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, para atender despesas com a constituição do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: — Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública.

Unidade Executora: — Gabinete do Secretário

Dotação: 7.0.51—01—1

4.0.0.0 Despesas de Capital

4.2.0.0 Inversões Financeiras

4.2.4.0 Constituição de Fundos Rotativos: Cr\$ 100.000,00.

Art. 10 — O FUNRESAN terá o seu funcionamento regulamentado no prazo de 60 (sessenta) dias, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 — Quando devidas e não pagas as taxas de que trata a tabela anexa a esta lei, serão cobradas multas iniciais correspondentes ao dobro do respectivo valor.

Art. 12 — A tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, passa a vigorar na forma do anexo que integra esta Lei, sendo as taxas recolhidas de acordo com os valores encontrados pela aplicação dos percentuais estabelecidos na mesma, sobre o maior salário mínimo vigente no Estado do Paraná, desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 13 — Ficam expressamente revogadas as disposições do "caput" e incisos I e II do art. 4.º, da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

TABELA
ATOS EXERCIDOS PELOS SERVIDORES E AUTORIDADES DA
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA E SUAS DEPENDÊNCIAS
SUJEITOS AO PAGAMENTO DA TAXA DE SAÚDE

	% sobre o maior salário mínimo
1 — "Habite-se" para residências:	
1.1 — Residências de madeira com menos de 65 m ² . de área construída	isento
1.2 — Residências de alvenaria de 65 m ² . de área construída	5%
1.3 — Residências de 65 a 99 m ² . de área construída	10%
1.4 — Residências de 100 a 199 m ² . de área construída	20%
1.5 — Residências de 200 m ² . de área construída ou mais	40%
2 — Licença Sanitária a Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços:	
2.1 — Até 50 m ² de área construída	10%
2.2 — De 50 a 99 m ² de área construída	20%
2.3 — De 100 ou mais m ² de área construída	40%
3 — Aprovação de plantas para construção de estabelecimentos "médico-hospitalar":	
3.1 — Consultório e Pronto Socorro	10%
3.2 — Hospitais	
3.2.1 — menos do que 50 leitos	15%
3.2.2 — de 50 a 99 leitos	20%
3.2.3 — de 100 a 199 leitos	25%
3.2.4 — de 200 ou mais leitos	30%
4 — Inscrição de exame de habilitação Profissional	24%
5 — Registros de documentos de habilitação profissionais:	
5.1 — Registros de Diplomas	10%
5.2 — Registros de Certificados	5%
6 — Expedição de certidões periciais de assuntos especializados e de apostilas em documentos de habilitação profissionais	5%
7 — Termos de responsabilidades, de baixa e de mudança de responsabilidade por estabelecimento sujeito à fiscalização profissional	12%
8 — Autorização anual para estocagem de entorpecentes e psicotrópicos	12%
9 — Expedição de guias de requisição de medicamentos tóxicos	3%
10 — Termo de abertura, encerramento e transferência de livros de registros de medicamentos	3%
11 — Análise bromatológica prévia	80%
12 — Exame a requerimento do interessado de aparelhos, utensílios e vasilhames destinados ao preparo, fabrico, conservação ou acondicionamento de alimentos	80%

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 202/72
PARECER

Propõe o Sr. Governador do Estado, através do Projeto de Lei n.º 202/72, a criação do "Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN" e alteração da Tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10-2-67, que dispõe sobre a "Taxa de Saúde".

Com a iniciativa de propor a medida antes referida, nada mais faz o Sr. Chefe do Executivo do que exercer uma competência que lhe é conferida pela Constituição. Não há qualquer reparo, quanto ao aspecto legal, tanto no que concerne à criação do FUNRESAN, como no que diz respeito à alteração da Tabela que integra a Lei n.º 5.511.

Quanto ao mérito, sabendo-se que a iniciativa se destina ao reaparelhamento da Secretaria de Saúde Pública e ampliação da rede sanitária, não cabe senão reconhecer o inteiro cabimento do Projeto.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22-11-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Muggiati Filho
Erondy Silvério
Santos Lima
Emílio Carazzai
Jorge Sato

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 202/72
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 59/72

PARECER

1.) O presente projeto de lei é oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/72, que tem por objetivo criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário FUNRESAN, bem como alterar a tabela integrante da Lei 5.511, de 10-2-67, que dispõe sobre a Taxa de Saúde.

2.) Sobre a matéria em exame a douta Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável. Sob o aspecto financeiro da mesma nada temos a opor, pelo que nosso parecer é, também, pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 24-11-72

aa) — Antônio Belinati — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
Jorge Sato
Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 59/72

PARECER

1.) Tem por objetivo a presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 59/72, criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sa-

nitário — FUNRESAN, bem como alterar a tabela integrante da Lei n.º 5.511, que dispõe sobre a Taxa de Saúde.

2.) No mérito, consideramos a referida matéria de alta relevância para a administração, que estará, com a criação do FUNRESAN, aparelhada para prover os recursos necessários aos serviços de Saúde Pública do Estado do Paraná.

3.) Face ao exposto, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1972

aa) — Arizome Araújo — Presidente
Maurício Fruet — Relator
Jorge Sato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/72 — ex-Proposição n.º 192/72 — aprova Convênio celebrado em 9-8-72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do Funrespól e de verbas orçamentárias do referido Município. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o convênio celebrado em 9 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente
Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 47/72

PROPOSIÇÃO N.º 192/72

AUTCR: Poder Executivo

SÚMULA: Encaminha cópia do Convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Florestópolis.

PARECER

Referida mensagem, oriunda do Poder Executivo está devidamente instruída e justificada quanto a importância de sua aprovação, porquanto objetiva o reaparelhamento da Delegacia de Polícia de Florestópolis para melhor atendimento da população do Município.

Quanto a sua oportunidade nada a opor e não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos pela sua aprovação.

E o Relatório.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente
Igo Losso — Relator
Cândido M. de Oliveira
Maurício Fruet
Santos Lima
Emílio Carazzai

Curitiba, 20 de setembro de 1972

PROPOSIÇÃO N.º 192/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 9 de agosto de 1972, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Florestópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N.º Capital

Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL
FLORESTÓPOLIS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Florestópolis, com a finalidade de trazer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Ribeiro Rosa, Prefeito Municipal de Florestópolis, neste ato representado pelo seu bastante procurador, Sr. Emílio Ruiz Gomes, brasileiro, casado, funcionário público Municipal, conforme procuração anexa, tendo em vista o que preceitua o Art. 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 itens VIII e IX da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21 de julho de 1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

- Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
- Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

- A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1952 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

- A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substâncias em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

MENSAGEM 47/72

- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

- A Prefeitura Municipal de Florestópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos e fornecidos digo, na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes nos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis às atividades dos mesmos;

- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA
Da Contribuição e Delegação

- As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

- O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

- Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

- Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo a coletividade do município ou a Justiça Pública.

- E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

- Curitiba, 09 de agosto de 1972.
- aa) General Mário Carneiro Fortes
Secretário de Segurança Pública
José Ribeiro Rosa
Prefeito Municipal de Florestópolis.

- 1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 36-72, — ex-Proposição n. 198-72, aprova o Convênio firmado em 12.6.72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai (CIBPU), objetivando extinção de referida Comissão Interestadual. — Parecer favorável da C C J — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM N. 50-72

Curitiba, 4 de outubro de 1972

PROPOSIÇÃO N. 198-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de junho de 1972, entre os Governadores dos Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), objetivando promover a extinção da referida Comissão Interestadual.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

- a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL.

Convênio que assinam os Governadores dos Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai — (CIBPU).

Os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, integrantes da "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai", órgão técnico administrativo criado em decorrência do Convênio entre eles celebrado aos 08 de setembro de 1951, neste instrumento representados por seus respectivos Governadores.

Considerando que a "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai", como órgão técnico-administrativo estruturado pela Lei n. 2018, do Estado de São Paulo Unidade Federativa sede da Comissão — datada de 23 de dezembro de 1952, criado com vistas ao planejamento de empreendimentos que atendessem aos objetivos do citado convenio de 08 de setembro de 1951, legalmente ratificado por todos os Estados interessados, ou seja, o transporte da região, o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e seus afluentes, o aproveitamento do combustível e zoneamento econômico, bem assim a obtenção de meios para financiamento dos estudos e projetos das obras programadas, possibilitando o custeio de sua execução;

Considerando que, nos 20 anos de exercício de suas atividades, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai cumpriu, satisfatoriamente, a missão que a lei atribuiu, através da realização de números estudos e projetos, tanto na área de engenharia como na do planejamento econômico, dando ensejo, inclusive, a que a engenharia nacional demonstrasse sua capacidade técnica na construção de obra do porte do "Conjunto Hidroelétrico de Urubupungá".

Considerando que atualmente, órgãos criados, tanto na esfera federal como nas estaduais, vem exercendo atividades de natureza idêntica às atribuídas à Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai;

Considerando que desatenderia às normas de boa política administrativa manter-se a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, fazendo-a desenvolver, paralelamente a outros órgãos, oficiais, atividades semelhantes, apenas para que se exaurisse o prazo de duração de vinte e cinco anos, fixado no Convênio aprovado por lei de cada um dos Estados signatários;

Convencionam promover a extinção da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I — O Patrimônio e o Fundo Patrimonial criado pela Resolução n. 72 do Conselho Deliberativo da Comissão, datada de 11 de dezembro de 1967, serão distribuídas entre os Estados signatários do Convênio, o primeiro, na proporção das respectivas contribuições e, o segundo, na proporção das respectivas participações.

CLÁUSULA II — O Órgão Executivo da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai ficará incumbido de proceder à apuração do Patrimônio e de propor sua partilha extinguindo-se depois de ultimada a divisão desse Patrimônio e do Fundo Patrimonial.

CLÁUSULA III — O Estado de São Paulo por sua Administração ou por intermédio de entidade a ela vinculada, sub-rogará nos direitos e obrigações decorrentes de convênios ainda em execução, cujo valor será apurado nos termos e condições neles estipulados, e computado para efeito da partilha do Patrimônio a que se refere a cláusula anterior.

CLÁUSULA IV — O Relatório de apuração do Patrimônio, com proposta da partilha entre os Estados signatários do Convênio de 08 de setembro de 1951, bem como da divisão do Fundo Patrimonial entre os mesmos Estados, deverá ser submetido pelo Órgão Executivo à prévia aprovação do Conselho Deliberativo da Comissão até 31 de dezembro de 1972.

CLÁUSULA V — Aprovado o Relatório objeto da cláusula anterior, o Conselho Deliberativo da Comissão considerará-se extinta, para todos os efeitos, dissolvido.

CLÁUSULA VI — O Estado de São Paulo, por sua Administração ou por intermédio de entidades a ela vinculada, assume a responsabilidade pelas obrigações resultantes dos contratos de trabalho celebrados e credenciamentos feitos pela Comissão, mantidas as condições desses contratos e credenciamentos.

CLÁUSULA VII — O acervo de dados e de informações técnicas e científicas reunido pela Comissão será transferido para o Estado de São Paulo obrigando-se este a prestar as informações solicitadas pelos Estados signatários do Convênio, que ora se extingue, sobre matéria que o constitui.

CLÁUSULA VIII — Ratificado este Convênio pelas Assembléias Legislativas dos Estados, integrantes da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, o órgão Executivo de que trata a Cláusula II terá o prazo de até 6 (seis) meses para a divisão do Patrimônio e do Fundo Patrimonial, podendo, exclusivamente para esse fim, proceder às alienações, por vendas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA IX — Para o fim de ratificação deste Convênio, pelas Assembléias Legislativas, obrigam-se os Governos dos Estados signatários a submeter-lhes, dentro de 30 (trinta) dias contados da data deste Convênio, o projeto de lei correspondente, fixando-lhes o prazo mínimo constitucional para a sua aprovação.

E por se acharem os Governadores dos Estados que integram a Comissão

Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí de acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, as quais mutuamente aceitam e ratificam, assinam este Convênio em dez vias.

São Paulo, 12 de junho de 1972

aa) JOSÉ MANUEL FRAGELI

Governador do Estado de Mato Grosso

DEONINO DE RAMOS CAIAO

Governador do Estado de Goiás

RONDON PACHECO

Governador do Estado de Minas Gerais

LAUDO NATEL

Governador do Estado de São Paulo

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado do Paraná

COLOMBO MACHADO SALLES

Governador do Estado de Santa Catarina

EUCLEIDES TRICHES

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o Convênio firmado em 12 de junho de 1972, entre o Governo do Estado e demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí — (CIBPU), objetivando promover a extinção da referida Comissão Interestadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 198-72

A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n. 50-72, encaminhando à esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 12.6.72, entre o Governo do Estado do Paraná e os demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguaí (CIBPU), objetivando promover à extinção da referida Comissão Interestadual.

2) — Referido Convênio enquadra-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22 inciso VII, da mesma Constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar o Convênio aludido, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Jorge Sato

Erondy Silvério

Santos Lima

Emilio Carazzai

Muggiati Filho.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito à essa Presidência que sejam novamente colocados em discussão e votação os Projetos de lei n.ºs 276-71 e 277-71 que, pela rapidez com que V. Exa. os colocou em votação, não deu para perceber, no meu entendimento, se houve inversão de votação.

Assim sendo, solicito a V. Exa., verbalmente, que, pela segunda vez, sejam colocados em discussão e votação os Projetos de lei n.ºs 276-71 e 277-71.

O SR. PRESIDENTE — Lembro a V. Exa. o art. 160, Parágrafo único do Regimento Interno que diz:

“A votação será feita de modo inverso, se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um contrário à sua aprovação ou quando não houver parecer”.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal, para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal pelo 1.º Secretário)

Responderam a chamada 23 srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Não há número para a votação, só serão votados os Requerimentos que não necessitem maioria para aprovação. O Regimento Interno da Casa autoriza apenas votação de Requerimentos de pesar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Souza. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Resolução n.ºs 28-72 e 29-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 254-70, 316-70, 18-71, 128-71, 142-71, 178-71; 250-71; 58-72, 94-72 e 126-72.

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 31-72; 154-72, 157-72, 174-72 e 203-72, e do Projeto de Resolução n. 34-72.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 53-72, 77-72, 201-72 e 202-72 e dos Projetos de Resolução n.ºs 35-72 e 36-72.

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 54-72, 95-72, 143-72, 146-72, 175-72, 177-72, 187-72, 189-72, 195-72 e 198-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações 2.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Ata da 7.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados Gabriel Manoel e Xenofonte Vilanueva, havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI N.º 53-72 — de autoria do senhor deputado Candido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Santo Antonio do Sudoeste ao Município de Ampére numa extensão de 53 quilômetros, relator deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais digo, mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

a) FRANCISCO BORSARI NETO — Presidente
a) ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário

Comissão de Redação 7.ª Legislatura — 2.ª Sessão Legislativa Ata da 32.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basilio Zanusse, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 144-71 — de autoria do deputado Fuad Nacli, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1.972. PROJETO DE LEI N. 156-71 — de autoria do deputado Fuad Nacli, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1.972. PROJETO DE LEI N. 240-71 de autoria do deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública, a Associação Metodista de Assistência Social — AMAS, da cidade de Londrina. PROJETO DE LEI N. 249-71 — de autoria dos deputados Quielse, C. da Silva e Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci. PROJETO DE LEI N. 79-72 — de autoria do deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma empresa de economia Mista, denominada Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu. PROJETO DE LEI N. 102-72 — de autoria do deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade pública o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina. PROJETO DE LEI 106-72 — de autoria do deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor do Ensino Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. PROJETO DE LEI N. 138-72 — de autoria do deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N. 160-72 — de autoria do deputado Borsari Neto, que declara de Utilidade pública a DIALCOMIA, sociedade civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 30-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, — ex-Proposição n. 134-72, que aprova o convênio firmado entre a Prefeitura de Rio Negro, neste Estado e a Prefeitura de Mafra Estado de Santa Catarina, objetivando instituírem a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 31-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 188-72, que aprova o Acordo n. 4-72, celebrado em 26.6.72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da Sudesul. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 32-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 191-72, que aprova os convênios celebrados em 21.7.72, pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniaçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, com as finalidades que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 33-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 193-72, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante dotações do Funrespol e verbas orçamentárias do referido Município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lelio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LELIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 144-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de Braganey, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.11.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

BASILIO ZANUSO

MUGIATTI FILHO

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 156-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.11.72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 240-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social de Londrina — AMAS.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.11.72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 249-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.11.72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 79/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma empresa pública de economia mista, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu.

§ 1.º. A autarquia exercerá suas atividades nos Municípios integrantes da Região do Vale do Iguaçu através de Pesquisas, levantamentos sócio-econômicos e assistência técnica e financeira nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo, energia elétrica, educação, transporte, comunicações, saneamento e saúde, mobilizando recursos para reativação do processo de desenvolvimento integrado de toda a área.

§ 2.º. Para fins de estabelecimento dos limites de sua área de atuação o Governo do Estado deverá definir em lei os Municípios que pertencem à região geo-econômica do Vale do Iguaçu.

Art. 2.º. Na constituição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu o Governo do Estado reservará para si através dos órgãos que entender devam integrar a entidade o índice de 51% (cinquenta e um) por cento do total do capital social que vier a ser fixado deixando os restantes 49% (quarenta e nove) por cento à subscrição de agências financeiras particulares ou estatais, a órgãos do Governo Federal e à iniciativa privada, nas pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3.º A presente lei deverá ser regulamentada pelo Governo do Estado, através de decreto que passará a fazer parte integrante da mesma, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua sanção.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zarusso — Mugiatti Filho — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 102-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Acadêmico Pedreira de Freitas, pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor do Ensino Primário Normal — nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa, aposentada pelo Decreto n.º 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.943,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos) anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco) por cento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, fundada em data de 02 de agosto de 1958.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 160-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública Diaconia, sociedade civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, para instituírem a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo n.º 4-72, celebrado em 26 de junho de 1.972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da SUDESUL.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 21 de julho de 1972 pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniaçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio firmado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-11-72

(aa) CÂNDIDO M. M. de Oliveira
Presidente
Basílio Zarusso
Relator
Mugiatti Filho
Relator